

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14.

1 As profundas transformações no mundo do trabalho colocam a renda básica de cidadania na ordem do dia, como algo prioritário, sendo capaz de criar pontos de convergência na sempre difícil e complexa relação entre liberais e progressistas. “Os liberais enxergam na renda básica uma espécie de substituto do Estado de bem-estar social. Já para os desenvolvimentistas/progressistas, a renda básica é um instrumento dentre outros na atuação do Estado no campo social”, afirma Guilherme Mello, diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Unicamp.

7 Segundo Mello, a Renda Básica de Cidadania, no atual momento, parece ser uma política mais razoável para enfrentar os desafios econômicos e sociais emergentes. “A possibilidade de uma renda básica universal hoje parece mais improvável, já que, para distribuir renda para todos, o custo fiscal é maior e o impacto distributivo, menor. Além disso, por ser universal, o valor do benefício tende a ser mais baixo, o que pode não resolver a vida dos muito pobres e ser totalmente indiferente para os mais ricos”, avalia. “Portanto, em um país tão desigual e com renda polarizada nos muito ricos, o ideal nesse momento seria pensar em uma renda básica universal para os pobres, ou seja, um complemento de renda suficiente para retirar as pessoas da pobreza”, complementa.

13 No Brasil, com a maior parte da população com necessidades de sobrevivência urgentes, os dividendos eleitorais da implementação de políticas de transferência de renda são, também, sempre muito relevantes. “O que o auxílio emergencial veio comprovar é que o eleitor brasileiro é mais racional do que pensam: ele aprova o governo de plantão que melhora sua qualidade de vida e reprova aquele que deteriora suas condições de sobrevivência. A questão sobre se o governo é ou não responsável de fato por essa melhoria importa pouco, o que mais importa é a percepção”, descreve.

19 A proposta de renda básica não é exclusividade do campo progressista. Milton Friedman, um dos fundadores do “neoliberalismo”, defendia a adoção de uma renda básica universal, através do imposto de renda negativo.

22 Historicamente, o campo progressista se preocupa mais com a questão do (pleno) emprego e dos serviços públicos universais, que são uma espécie de transferência de renda indireta. A constatação de que as novas revoluções tecnológicas irão promover uma verdadeira escassez de empregos leva uma parte crescente do campo progressista a defender a necessidade de uma renda básica de cidadania que garanta a sobrevivência digna mesmo diante da falta de trabalho. O tema do Estado como empregador de última instância, que também vem ganhando força em alguns países através da chamada “Moderna Teoria Monetária”, seria uma forma diferente de resolver o problema do desemprego estrutural. Curiosamente, o tema da redução da jornada de trabalho, uma das bandeiras progressistas mais importantes das últimas décadas, parece ter perdido força no debate em face dessas duas alternativas. Os liberais enxergam na renda básica uma espécie de substituto do Estado de bem-estar social. Essa renda deveria ser (na visão deles) a única forma de intervenção do Estado no tema social. Educação, saúde, previdência, cultura, tudo deve ser privado, aceitando-se no máximo a adoção de *vouchers* para os muito pobres acessarem o serviço privado.

31 Já segundo os desenvolvimentistas/progressistas, a renda básica é um instrumento dentre outros na atuação do Estado no campo social. Ela pode servir tanto como uma forma de evitar a pobreza quanto como uma maneira de garantir a cidadania, somada aos serviços públicos universais e a outras transferências de renda e direitos sociais.

34 Em suma, os liberais defendem a renda básica para eliminar todas as outras ações sociais e econômicas do Estado, substituindo o Estado de bem-estar social. Já os progressistas defendem a renda básica como um complemento importante da rede de proteção social, que deve incluir serviços públicos universais e outros direitos sociais e trabalhistas.

Internet: <cartamaior.com.br> (com adaptações).

Acerca do texto e de seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 10.

- 1 Estruturado em forma dissertativa, o texto apresenta as concepções progressista e liberal acerca da renda básica de cidadania.
- 2 Entende-se da leitura do texto que o auxílio emergencial inclui-se entre as políticas de transferência de renda.

- 3 De acordo com o texto, progressistas e liberais convergem em relação à ideia do Estado como empregador em potencial para resolver o problema emergente do desemprego estrutural.
- 4 Os vocábulos “Além”, “país” e “através” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

- 5 No período “A possibilidade de uma renda básica universal hoje parece mais improvável, já que, para distribuir renda para todos, o custo fiscal é maior e o impacto distributivo, menor” (linhas 7 e 8), há duas orações adverbiais, uma que expressa circunstância de causa e a outra, de finalidade.
- 6 O emprego da terceira pessoa do plural na forma verbal “pensam” (linha 15) indica que o sujeito da oração é indeterminado, por isso seria correto e coerente sua substituição por **se pensa**.
- 7 Na linha 17, o deslocamento do termo “pouco” para imediatamente antes da forma verbal “importa” – **pouco importa** – não acarretaria alteração da classificação gramatical do referido termo – advérbio – nem prejudicaria a coerência das ideias do texto.
- 8 Na linha 23, a oração “que garanta a sobrevivência digna mesmo diante da falta de trabalho” restringe a expressão “uma renda básica de cidadania”, por isso a referida oração não é separada por vírgula.
- 9 O emprego da expressão entre parênteses na linha 28 evidencia a intenção do autor do texto de ressaltar que não partilha da concepção liberal acerca da renda básica expressa no parágrafo.
- 10 As duas últimas orações do texto estão relacionadas por coordenação, sendo a última classificada como coordenada sindética explicativa.

Quando à correção gramatical e à coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de **11 a 14**.




- 11 “sendo” (linha 2) por **mas**
- 12 “se preocupa” (linha 20) por **preocupa-se**
- 13 “aceitando-se” (linha 29) por **sendo aceito**
- 14 “de garantir a cidadania” (linha 32) por **para se assegurar à cidadania**

Considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial, julgue os itens **15 e 16**.

- 15 Em virtude da nomeação do novo Coordenador-Geral de Assistência Social, solicito os préstimos de providenciar a exoneração à pedido da servidora Fulana de Tal do referido cargo que atualmente ocupa como substituta.
- 16 Ressalto por oportuno, que a gratificação da servidora exonerada do cargo deverá ser mantida, conforme previamente combinado, vez que a mesma passara a exercer, já a partir do dia 1.º do próximo mês, suas funções junto à assessoria do Gabinete do Diretor-Geral.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

A respeito dos conceitos de *hardware*, do programa Microsoft Word 2013 e do sistema operacional Windows 10, julgue os itens de **17 a 22**.

- 17 *Chipsets* e *slots* de memória são componentes de uma placa-mãe.
- 18 O processador é um dispositivo que tem a função de agilizar as operações do computador. Sua principal característica é a padronização, pois apresenta sempre o mesmo formato de invólucro e eficiência na execução das funções, independentemente do fabricante.
- 19 O recurso  Instantâneo, do Word 2013, tem a função de capturar todas as janelas de programas que estejam abertas, independentemente de elas estarem ou não minimizadas na barra de tarefas.
- 20 No Word 2013, o  botão desfaz somente as últimas cinco ações realizadas pelo usuário.
- 21 Em  Painel de Controle > Hardware e Sons >, no Painel de Controle do Windows 10, o usuário pode modificar as opções de energia.
- 22 Diversas configurações podem ser realizadas no Windows 10. Uma delas é a de alterar o tamanho e a cor do ponteiro do *mouse*.

No que se refere aos conceitos de redes de computadores, ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais recente, e às noções de vírus de computador, julgue os itens de **23 a 28**.

- 23 A camada 3 (Rede) do modelo de referência OSI é responsável por criar uma interface confiável entre o meio físico e os dados do computador. Ela ainda tem a função de detectar erros e controlar o fluxo dos dados.
- 24 O cabo coaxial não pode ser usado em redes de computadores, sendo permitido apenas o uso do cabo de par trançado e do cabo de fibra óptica.

- 25 No Google Chrome, é possível alterar as configurações do *Flash* e impedir os *sites* de usarem o *Flash*.
- 26 Arquivos de vídeo não podem ser baixados (*download*) por meio do Google Chrome.
- 27 Um vírus de computador pode ser definido como um programa que contém um conjunto de instruções maliciosas.
- 28 Um vírus de macro pode se esconder em arquivos do Microsoft Word e em arquivos do Microsoft Excel.

Na matemática, o número de bronze (β) é a única solução positiva da equação quadrática $x^2 - 3x = 1$. Considerando essa informação, julgue os itens de 29 a 31.

29 $\beta = \frac{3 - \sqrt{13}}{2}$

30 $\frac{1}{\beta} = \beta - 3$

31 $\beta^4 = 33\beta + 10$

Uma moça caminha pela rua e um fio de eletricidade cruza a rua perpendicularmente. Por causa do fio, ela vê, à sua frente, um pássaro voando. Nesse instante, a moça está a uma distância horizontal de 3 m do fio e de 7,5 m do pássaro (também na horizontal). O fio está 5,5 m acima do chão e os olhos da moça estão a uma altura de 1,5 m em relação ao chão, que é completamente horizontal. Um segmento de reta une os olhos da moça, um ponto no fio e o pássaro.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de 32 a 34.

- 32 No instante citado, o pássaro está 11,5 m acima do chão.
- 33 Se o pássaro voar, horizontalmente, 1 m em direção à moça e esta andar 1 m em direção ao pássaro, a moça verá o pássaro acima do fio.
- 34 Em qualquer instante, a distância entre o pássaro e o fio é uma grandeza proporcional à distância entre a moça e o fio.

Em um grupo de amigos, 10 assistem a jogos de futebol, 6 assistem a jogos de tênis e 7 assistem a jogos de basquete. Há 3 amigos que assistem aos jogos de futebol e de tênis, 5 que assistem aos jogos de futebol e de basquete e 2 que assistem aos jogos de basquete e de tênis. Todos do grupo assistem a jogos de pelo menos 1 desses esportes, mas apenas 1 dos amigos acompanha todos os 3.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de 35 a 37.

- 35 Há mais de 14 amigos no grupo.
- 36 Selecionando-se um subgrupo de 3 desses amigos aleatoriamente, a probabilidade de ao menos 1 gostar de tênis é de $\frac{11}{13}$.
- 37 É correto afirmar que ao menos 2 amigos fazem aniversário no mesmo mês.

Julgue os itens de 38 a 40.

- 38 “O Brasil é o país do futebol!” é um exemplo de proposição lógica.
- 39 As proposições “Se é assistente social, então é gente boa” e “Se não é assistente social, então não é gente boa” são equivalentes.
- 40 A negação de “Penso, logo existo” é “Penso e não existo”.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual, serão punidos de acordo com a Lei n.º 8.429/1992. À luz dessa Lei e de suas alterações, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- 42** Se ocorrer lesão ao patrimônio público por omissão culposa do agente ou de terceiro, dar-se-á o ressarcimento do dano de forma parcial, restando o ressarcimento integral aos casos de ação dolosa.
- 43** Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito, receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita ou aceitar promessa de tal vantagem.
- 44** Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- 45** Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário quando o autor da denúncia o souber inocente.

A Lei n.º 9.784/1999 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Com base nesse normativo e em suas alterações, julgue os itens de **46 a 50**.

- 46** A Administração Pública obedecerá aos princípios de legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público, eficiência e a outros.
- 47** Nos processos administrativos, a interpretação da norma administrativa dá-se de modo a mais bem garantir o atendimento do fim público e, por isso, utiliza-se sua interpretação retroativa em caso de novas interpretações.

- 48** O administrado tem o direito de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, de ter vista dos autos, de obter cópias dos documentos neles contidos e de conhecer as decisões proferidas.
- 49** A edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos podem ser objeto de delegação, desde que esta seja publicada em meio oficial.
- 50** As atividades de instrução destinadas a averiguar e a comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

A Constituição Federal de 1988 prevê o direito do cidadão de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Com relação à Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) e a seu decreto regulamentador (Decreto n.º 7.724/2012), julgue os itens de **51 a 55**.

- 51** São diretrizes da Lei, entre outras: a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública; e o desenvolvimento do controle social da Administração Pública.
- 52** É denominada secreta a informação submetida, temporariamente, à restrição de acesso público, em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- 53** Entende-se por primariedade a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- 54** É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueado, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente e clara e em linguagem de fácil compreensão.
- 55** Não caberá recurso da decisão que indeferir o acesso a informações ou às razões da negativa do acesso.

Em um Estado de Direito, prevalecem as normas jurídicas abstratas e gerais, e não a vontade do governante.

Marçal Justen Filho. **Curso de direito administrativo**.

7.ª ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **56 a 60** quanto a Estado, a governo e à Administração Pública.

- 56** O Estado pode atuar, no direito público, como pessoa jurídica de direito público e, no direito privado, como pessoa jurídica de direito privado, uma vez que possui dupla personalidade.
- 57** O Estado de Direito baseia-se na tripartição de poderes, na universalidade da jurisdição e na generalização do princípio territorial (princípio da soberania).
- 58** O Brasil adotou a teoria da tripartição de funções do Estado organizada por Montesquieu e, portanto, a Constituição Federal de 1988 prevê o funcionamento independente e harmônico, entre si, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- 59** A Administração Pública tem por tarefas, entre outras, a prestação de serviços públicos, o exercício do poder de polícia e o controle da atuação do Estado.
- 60** Ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deverá ser precedido de regular processo administrativo.

Ato administrativo é todo ato praticado pela Administração Pública ou por quem lhe faça as vezes, no exercício da função administrativa (estando excluídos desse conceito os atos políticos), sob o regime de direito público, ou seja, gozando de todas as prerrogativas estatais, diferentemente do que ocorre com os atos privados da Administração, e, por fim, manifestando a vontade do Poder Público em casos concretos ou de forma geral e não se confundindo com meros atos de execução de atividade.

Matheus Carvalho. **Manual de direito administrativo**.

6.ª ed. Salvador: JusPodivm, 2019. p. 260 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **61 a 65** no que diz respeito a atos administrativos.

- 61** Os Poderes Judiciário e Legislativo, assim como o Poder Executivo, também editam atos administrativos, a exemplo dos atos relativos à contratação de pessoal e à aquisição de material de consumo.
- 62** A presunção de legitimidade é uma qualidade inerente a todo ato da Administração Pública, independentemente de sua natureza, o que significa que ele depende de norma legal que o preveja ou de manifestação prévia do Poder Judiciário, em razão da tripartição dos poderes.

- 63** Uma nomeação, uma exoneração e um decreto de desapropriação são exemplos de atos administrativos individuais.
- 64** Portarias de criação de grupos de trabalho ou de remoção de um servidor consistem em atos externos, pois atingem os administrados em geral, criando direitos e obrigações.
- 65** Ato administrativo complexo é o ato que necessita da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos diferentes para sua formação, não consistindo em uma série de atos encadeados.

A responsabilidade civil, também denominada responsabilidade extracontratual, tem sua origem no direito civil e consubstancia-se na obrigação de indenizar um dano patrimonial ou moral decorrente de um fato humano.

Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo. **Direito administrativo descomplicado**. 16.ª ed. São Paulo: Método, 2008. p. 599 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **66 a 70** acerca de controle e responsabilização da Administração.

- 66** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- 67** A responsabilidade pelos danos causados por atos de terceiros ou fenômenos da natureza é do tipo subjetiva, não estando contemplada na teoria do risco administrativo.
- 68** A sustação, pelo Congresso Nacional, de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar é um exemplo de controle interno.
- 69** A aprovação, pelo Senado Federal, da escolha de ministros dos tribunais superiores e do procurador-geral da República são exemplos de controle prévio ou preventivo.
- 70** A homologação de procedimento licitatório ou de concurso público consiste em controle concomitante, exercido durante a realização do ato.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação à história do serviço social e ao código de ética profissional, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** O serviço social foi uma das últimas profissões da área social a ter sua lei de regulamentação profissional aprovada, na década de 1970.
- 72** O Código de Ética Profissional de 1986 reafirmou a base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, razão pela qual foi rapidamente substituído.
- 73** É dever do assistente social o livre exercício das atividades inerentes à profissão.
- 74** É vedado ao assistente social acatar determinação institucional que fira os princípios e as diretrizes do código de ética.
- 75** É vedado ao profissional valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais.

Considerando o Código Processual de Ética, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** É vedado ao Conselho Federal de Serviço Social funcionar como instância recursal em situação que envolva como denunciado integrante de seu Conselho Pleno.
- 77** A contagem dos prazos é interrompida nos finais de semana e feriados.
- 78** Independem de prova os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
- 79** O julgamento deverá ser realizado, pelo Conselho Pleno do Conselho Regional de Serviço Social, no prazo de até sessenta dias após o recebimento do parecer da Comissão de Instrução.
- 80** O presidente do Conselho Pleno só votará no julgamento dos processos em caso de empate.

De acordo com a Resolução n.º CFESS 657/2013 (Código Processual Disciplinar), julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** Verificando o relator que os fatos da representação não possuem indícios de infração disciplinar, notificará o denunciante para se manifestar no prazo legal.
- 82** As citações serão realizadas por correio, na via aviso de recebimento (AR) ou pessoal, e, excepcionalmente, não sendo encontrado o destinatário, por publicação em Diário Oficial do estado.

- 83** O denunciado que não apresentar defesa no prazo será condenado à revelia.
- 84** A penalidade de multa variará entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo de seu décuplo.
- 85** A penalidade de advertência reservada consiste em anotação em controle específico e sigiloso do Conselho Regional de Serviço Social e na presença do penalizado perante representante do Conselho Pleno do Conselho Regional de Serviço Social, para que sejam expostas as razões da penalidade.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens de **86 a 90**.

- 86** Considera-se como criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos e como adolescente a com idade entre doze e dezoito anos.
- 87** São gratuitas a averbação do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a respectiva certidão.
- 88** A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida.
- 89** A medida de internação poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.
- 90** As atividades pedagógicas são facultativas durante o período de internação dos adolescentes.

Conforme o Estatuto do Idoso, julgue os itens de **91 a 95**.

- 91** Entre os idosos, é assegurada a prioridade especial aos maiores de 75 anos de idade, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.
- 92** A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
- 93** É permitida a cobrança de valores diferenciados, pelos planos de saúde, em razão da idade.
- 94** Para ter acesso à gratuidade nos transportes públicos, o idoso deve apresentar identificação específica, emitida pelo município.
- 95** As entidades de longa permanência são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

A respeito da Lei Maria da Penha, julgue os itens de **96 a 100**.

- 96** Caracteriza violência física contra a mulher a retenção, a subtração ou a destruição de seus bens, documentos, direitos ou recursos econômicos.
- 97** A violência moral contra a mulher pode ser entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- 98** O risco à efetividade da medida protetiva de urgência não impede a liberdade provisória do preso.
- 99** As medidas protetivas de urgência devem ser requeridas expressamente pela ofendida.
- 100** Para agilizar o processo, a ofendida poderá entregar a intimação ao agressor.

À luz das Resoluções CFESS n.º 493/2006, n.º 533/2008, n.º 556/2009 e n.º 557/2009, julgue os itens de **101 a 105**.

- 101** Para garantir o sigilo, o atendimento efetuado pelo assistente social deve ser realizado com portas fechadas.
- 102** A responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é exclusiva do supervisor de campo.
- 103** Em caso de demissão, o assistente social deverá repassar todo o material técnico, sigiloso ou não, ao assistente social que vier a substituí-lo.
- 104** Em caso de extinção do serviço social da instituição, o material técnico sigiloso poderá ser incinerado pelo responsável, que também comunicará ao Conselho Regional de Serviço Social.
- 105** Ao atuar em equipes multiprofissionais, todos os membros poderão atuar em outras áreas.

A partir das Resoluções CFESS n.º 568/2010, n.º 569/2010 e n.º 590/2010, julgue os itens de **106 a 110**.

- 106** O pagamento da multa implica no saneamento da irregularidade pela instituição de ensino notificada.
- 107** A realização de terapias individuais ou em grupo constitui atribuição e competência do assistente social.
- 108** O exercício de atividade privativa do assistente social sem a inscrição no Conselho Regional de Serviço Social competente é infração sujeita à multa. Caso ocorra por até seis meses, corresponderá a uma anuidade vigente.
- 109** O não pagamento da multa ensejará a inscrição do débito na dívida ativa da União e a cobrança, por meio de executivo fiscal, perante a Justiça Federal competente.
- 110** O infrator terá o prazo de dez dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para pagamento da multa.

Com base na Resolução CFESS n.º 582/2010, julgue os itens de **111 a 115**.

- 111** As seccionais serão subordinadas, financeira e administrativamente, ao Conselho Regional de Serviço Social de sua jurisdição.
- 112** Os bens poderão ser adquiridos diretamente pelas seccionais e integrarão seu patrimônio, cabendo comunicação da aquisição ao Conselho Regional de Serviço Social.
- 113** Em caso de indeferimento do processo de registro de inscrição de pessoa física, o valor pago não será devolvido.
- 114** O cancelamento do registro da pessoa jurídica não poderá ocorrer *ex officio*.
- 115** O direito de votar e de ser votado nas eleições para o Conselho Regional de Serviço Social caberá apenas na jurisdição da inscrição principal.

Quanto à Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8.080/1990) e à Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), julgue os itens de **116 a 120**.

- 116** A iniciativa privada não poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), nem em caráter complementar.
- 117** O atendimento e a internação domiciliares só poderão ser realizados por indicação médica, dispensada a concordância do paciente e de sua família.
- 118** Não será permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde com finalidade lucrativa.
- 119** A proteção social especial consiste no conjunto de serviços, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social.
- 120** O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais de idade que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O Brasil tem hoje aproximadamente 190.000 profissionais, que atuam, predominantemente, na formulação, no planejamento e na execução de políticas públicas relacionadas à educação, à saúde, à previdência, à assistência social, à habitação, ao transporte, entre outras, movidos pela perspectiva da defesa e da ampliação dos direitos da população brasileira.

Internet: <<http://www.cfess.org.br>> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A atuação do assistente social

Ao elaborar seu texto, com base nas Leis n.º 8.662/1993 e n.º 12.317/2010, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) requisitos para o exercício da profissão;
- b) três atribuições privativas; e
- c) duração do trabalho.